

SUBVERSÃO E ORDEM INSTITUCIONAL: NOTAS INTRODUTÓRIAS PARA UMA ABORDAGEM COMPREENSIVA

SUBVERSION AND INSTITUTIONAL ORDER: INTRODUCTORY NOTES FOR A COMPREHENSIVE APPROACH

Maurício Izelli Doré*

O artigo “Au dedans *et* en dehors: la subversion en pratiques”, de Delphine Dulong, traduzido para este dossiê da *REPOCS - Revista Pós Ciências Sociais*, compõe o livro *Sociologie de l’institution*, organizado por Jacques Lagroye e Michel Offerlé (2011), e reflete sobre o potencial heurístico dos atos de subversão no quadro de uma sociologia das instituições. Através de exemplos que variam de juristas italianos a organizações partidárias francesas, a autora busca mostrar como as diferentes expressões das práticas e condutas que aparentemente desafiam a ordem (ou verdade) institucional, são também um movimento de reafirmação dessa ordem. Nesse sentido, um dos casos mais emblemáticos apresentados pela autora diz respeito a uma mulher eleita, Malika – de origem humilde, com pouca experiên-

cia em disputas eleitorais e filiada ao PCF –, e como a distância, dada pela sua origem, em relação à instituição, tem efeitos nas dinâmicas de incorporação de um papel e nas expectativas dali decorrentes. Se a princípio a condição de mulher de origem humilde joga um papel essencial nas condições de sucesso eleitoral – em um contexto de “crise de representação”, que fez de seu *handicap* social um recurso (DULONG, 2010, p. 254) –, ao mesmo tempo seu percurso, após eleita, é marcado por um conjunto de ajustes, adaptações e incômodos, que revelam a rejeição a tudo que se atribui ao papel e à força de imposição da instituição (masculina) sobre a ordem social.

Em comum com trabalhos anteriormente publicados sobre mulheres e política (DULONG e LÉVÊQUE, 2002; DULONG, 2003;

* Doutorando em Sociologia pela Universidade Federal de Sergipe – UFS – (Aracaju/SE/BR), com período sanduíche na Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), sob supervisão de Delphine Dulong. Membro do Laboratório de Estudos do Poder e da Política (LEPP). Bolsista CAPES. E-mail:mauriciozell@gmail.com

DULONG e MATONTI, 2007), mais do que uma preocupação feminista de libertação ou de denúncia de desigualdades, está em pauta o estudo da relação entre ordem política e ordem social¹, entre a legitimação do poder político e a preservação da ordem social (DULONG, 2003, p. 426). Em um levantamento relativo às eleições locais na França, em 1945 e em 2001 – inícios do voto feminino e das políticas de paridade de gênero, respectivamente –, Dulong mostra como os dois pleitos, mesmo que separados por mais de 50 anos, apresentam os mesmos discursos relativos às expectativas de que o ingresso das mulheres “humanizaria” a política, e como esses eventos, ao inverterem o estigma atribuído à mulher (da ilegitimidade pela diferença à legitimidade pela diferença), tiveram o potencial de produzir um efeito de renovação (*renovatio*) das instituições frente à ordem social e aos princípios de classificação (DULONG, 2003, p. 431). Proclamando, com uma autoridade renovada, a sua necessidade, função e capacidade de garantia do bom funcionamento das relações sociais (LAGROYE, 1985, p.462).

Destaca-se a importância de refletir sobre os mecanismos paradoxais de reprodução da dominação masculina e sobre as condições propícias à subversão de mulheres nos espaços de competição eleitoral. O presente dossiê indica esforços em andamento no sentido de questionar sobre recursos, trunfos mobilizados no jogo político, e

a capacidade da reivindicação de “valores femininos” nas possibilidades de intervenção em espaços hierarquizados pelo gênero (REIS, 2014; BARREIRA, 2001).

Para esta nota introdutória, propomos situar os investimentos de Dulong neste campo de investigação, retomando alguns conceitos fundamentais, que serviram de base para a autora, bem como a relevância da incorporação de perspectivas analíticas e seu impacto no estudo das instituições políticas de modo geral.

Se o senso comum erudito postula sobre a capacidade de constrangimento das instituições sobre o indivíduo, é retomando Goffman (1974)² que Delphine Dulong vai explorar as formas mais variadas a partir das quais os atos ditos subversivos podem exercer um efeito de legitimação, contestação ou mudança institucional. Da mesma forma que ela propõe elucidar os efeitos de propriedades sociais anteriores ao ingresso no ambiente institucional.

Tanto as estratégias de análise quanto as preocupações teóricas, que constam no artigo ora referenciado, fazem parte de uma agenda mais ampla do que se convencionou chamar de *sociologia da institucionalização* (DULONG, 2012, p. 8). Própria de uma perspectiva construtivista, processual, relacional e disposicional (GRILL, 2012, p. 308), os organizadores propõem, na introdução do livro, uma definição mínima de instituição: “um sistema de relações

1. O artigo “Ordre politique et ordre social: objectivisme, objectivation et analyse politique”, de Bernard Lacroix, inaugura e prescreve algumas das principais preocupações teóricas de um conjunto de trabalhos, em grande parte oriundos do departamento de Ciência Política da Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne), protagonistas da reemergência da análise institucional na França. Originalmente publicado em uma obra organizada por dois juristas, Jean Leca e Madeleine Grawitz, (*Traité en Science Politique*, 1985), o texto sinaliza para um período ainda de proximidade entre o Direito e a Ciência Política.

2. A autora faz referência à edição francesa de 1968 (*Asiles, Études sur la condition sociale des maladies mentales et autres reclus*). Nestas notas empregou-se a edição brasileira de 1974, traduzida por Dante Moreira Leite e publicada pela editora Perspectiva.

que toma a forma de um dispositivo ou de um agrupamento, [onde] a preservação das regras e dos saberes que a caracterizam é uma questão importante para aqueles que fazem parte” (LAGROYE e OFFERLÉ, 2010, p. 15). Trata-se, então, do “encontro dinâmico entre o que é instituído, sob a forma de regras, de modos de organização, de saberes, etc. e os investimentos (ou engajamentos) em uma instituição, que a fazem existir concretamente” (p. 12).

Os esforços de reconstituição tanto intelectuais quanto próprios da dinâmica de espaços acadêmicos nacionais dos processos de ressurgimento das instituições já foram repetidamente trabalhados (FREYMOND, 2010; HALL e TAYLOR, 1997; MARCH e OLSEN, 2008; DI MAGGIO e POWELL, 1997)³. Do mesmo modo, também se observam os esforços de incorporação na produção acadêmica nacional das preocupações teóricas que emergiram a partir da “redescoberta das instituições” na sociologia política francesa (GRILL, 2014; SEIDL, 2016; ENGELMAN, 2017). Assim, sob o pretexto de não recair em uma importação sem contexto (BOURDIEU, 2002), cabem algumas considerações relativas às possibilidades de inserção de determinadas perspectivas de análise, bem como retomar alguns conceitos-chave.

A renovação da análise institucional na França se deve – para além das disputas

disciplinares que envolveram tanto rompimentos com interpretações marxistas quanto com as análises oriundas do Direito – à emergência de trabalhos que passaram a combinar uma perspectiva ao mesmo tempo histórica e sociológica no estudo das instituições políticas. A publicação, em 1973, da obra *Société et politique: Chaban-Delmas a Bordeaux*, de Jacques Lagroye, tem um impacto inaugural nesse sentido⁴ (BRIQUET e SAWICKI, 1989, p.11). Em 1992, portanto quase vinte anos depois, a publicação de *Le Président de la République: usages et genèse d'une institution*, de Bernard Lacroix e Jacques Lagroye, consolida uma agenda de pesquisa em torno dos estudos sobre instituições na sociologia política francesa (DULONG, 2017) e sintetiza o rearranjo entre Direito e Ciência Política, resultando na percepção das instituições não apenas como objeto – algo antes próprio ao espaço do Direito –, mas também como método de análise (CHEVALLIER, 1993, p.135-135).

As possibilidades de definição das instituições políticas através da crítica à perenidade de sua dimensão objetivada mais evidente (leis, códigos, estatutos), passando-se à incorporação de regras e de competências que fazem a instituição existir de forma concreta, deveram-se à incorporação de uma dimensão antes ausente em pesquisas no contexto francês. Nesse sentido, a tradu-

3. Trata-se aqui, de forma mais ampla, da emergência dos “neo-institucionalismos” e suas versões (de escolha racional, histórico e sociológico) nos contextos norte-americano e europeu. Segundo Freymond (2010), a expressão aparece pela primeira vez em artigo de J. G. March e J. P. Olsen (1984). A coletânea organizada por P. J. Di Maggio e W. W. Powell, publicada em 1991 (*The New Institutionnalism in Organizational Analysis*) tem sua introdução traduzida para o francês por D. Dulong e B. François em 1997.

4. Historiador de formação (LECA, 2009, p.811), o livro mencionado é produto de sua tese de doutorado defendida no Institut d'Études Politique (IEP) em Bordeaux, França. Admitido no departamento de Ciência Política da Université Paris 1 (Panthéon-Sorbonne) em 1973, passa à direção em 1981, sucedendo a Maurice Duverger, um dos “pais” da Ciência Política francesa. Orientou teses de doutorado de inúmeros pesquisadores (F. Sawicki, J. Fretel, B. François, J-M Eymeri-Douzans etc.), entre esses a autora do texto ora traduzido, Delphine Dulong (“Un président de la République à l'image d'une France ‘moderne’”, 1996).

ção de P. L. Berger e T. Luckman, *The Social Construction of Reality: A treatise in the sociology of knowledge* (1991), para o francês⁵, jogou um papel decisivo no desenvolvimento dos trabalhos sobre as instituições naquele país (DULONG, 2017), nomeadamente com relação à importância dada às formas de objetivação das práticas institucionais e aos “papéis” enquanto estoque de conhecimento sobre essas práticas. O conceito de papel (*rôle*) sintetizaria, assim, tanto as expectativas de atuação no interior da instituição – as delimitações do legal e ilegal, do espaço dos possíveis e do dizível –, quanto as expressões daquilo que a instituição pretende ser e fazer. Desse modo, incorporar um papel significa ter a consciência prática do que convém fazer. Diferente de se falar em posição na instituição, o que nos remeteria a questões de hierarquia, especialidade, salário etc., a noção de papel remete a um conjunto de comportamentos que torna a instituição “visível aos olhos dos outros”, de modo que ocupar uma posição, mas não cumprir com seu papel, pode ser motivo de escândalo (LAGROYE, 1997, p.8). Em síntese, o papel assim definido permite superar o duplo risco de um sociologismo mecanicista que postula o efeito imediatamente operatório de “determinismos extrínsecos e instantâneos” e de um subjetivismo (ou intersubjetivismo) espontaneísta que não vê nada além da liber-

dade reflexiva do ator na produção de seus atos (LAGROYE, 2002, p.117)⁶.

Dessa maneira, a proposta de Dulong no artigo aqui traduzido é tributária de condições específicas de importação da obra de Goffman e da sociologia americana de modo geral, permitindo à autora uma tomada de posição metodológica sobre os sentidos atribuídos às práticas e às condutas subversivas. Nos anos 1960, pesquisadores ligados a Pierre Bourdieu contribuíram para a introdução da sociologia americana na França através da publicação de diversos artigos⁷. Nessa década, Bourdieu dirigira uma coletânea, publicada pela Editions de Minuit, na qual foram traduzidas diversas obras de Goffman, sendo *Asiles...* a primeira delas, publicada em 1968 (MASSON e SCHREKER, 2016, p.63).

No entanto, os trabalhos de Goffman publicados na década de 1970 sobre a divisão sexual da vida em sociedade – “*Gender advertisements*” (1976)⁸ e “*The arrangement between the sexes*” (1977)⁹ –, não foram bem recebidos por correntes feministas norte-americanas, que acusavam o autor de generalizar, à época, aquilo que se definia por “feminino” na sociedade americana, reproduzindo estereótipos “do início da era pós-vitoriana” (WINKIN, 1990, p.57). Todavia, é com base em *Asiles...*, de Goffman, que Dulong propõe uma ampliação da aná-

5. Originalmente publicado em inglês, em 1966, os autores articulam conceitos chave como “socialização” e “objetividade da realidade social” ao problema mais amplo da “institucionalização” – enquanto processo cognitivo de construção da realidade –, a partir da obra de autores que vão de G. H. Mead (representante do “interacionismo simbólico” na sociologia norte-americana) a E. Durkheim (principalmente a obra *As regras do método sociológico*) (BERGER e LUCKMAN, 1991, p.221).

6. Para essa formulação crítica, Lagroye baseou-se nas considerações de Bourdieu sobre a relação entre história *habitus e prática* (BOURDIEU, 1980, p.91-92)

7. Acrescente-se aqui a emergência do paradigma interacionista na sociologia do militantismo francês nos anos 1980 e 1990 (SAWICKI e SIMÉANT, 2011, p.207-209).

8. Trechos desta obra foram publicados em francês um ano depois na *Actes de la recherche en Sciences Sociales* (1997, n. 14, tradução de A. Kihm).

9. Este artigo de Goffman é citado por Dulong em publicação de 2003 (DULONG, 2003, p. 426).

lise institucional a partir do que, à primeira vista, parece paradoxal: a ação institucionalizante das práticas contra a instituição, ou como as ações contra a instituição trabalham para a sua reprodução.

O artigo neste volume da REPOCS reproduz algumas das discussões presentes em publicação anterior, relativa à atuação de mulheres em uma instituição regional de representação política (*Conseil Régional d'Île-de-France*), depois da lei de paridade de gênero em 2000 (DULONG e MATONTI, 2007). Mesmo após o sensível incremento de mulheres atuantes no campo político, frustram-se as expectativas de mudança no espaço das instituições de representação política ou de que, se eleitas, as mulheres “fariam a política de outro modo”: mais atentas às preocupações cotidianas de seus eleitores e menos interessadas pela “politicagem” (*la politique politicienne*). (p. 251). Ao contrário, o que se evidencia não é somente os imperativos de adaptação de mulheres a um espaço dominado por homens, mas a expressão de um conjunto de constrangimentos como reflexo das expectativas sobre seu papel (*rôle*). Assim, se as mulheres tomam a palavra com menos frequência que os homens, sendo, por conseguinte, menos socializadas no seu papel – e, adiante, com menos chances de progredir na carreira –, as representações sobre a sua atuação variam de acordo com a origem social e os recursos intelectuais disponíveis (p. 261, 266).

Mesmo que a expressão “subversão” apareça apenas duas vezes em Goffman (1974) em contraposição a “adaptações”, elas são encaradas por Dulong não apenas como reações resultantes da interação en-

tre indivíduos, mas como produto das lutas pela manutenção da “verdade” da instituição. Entre o império das regras institucionais (leis, estatutos) – que determinariam as condutas de indivíduos sem história, e o voluntarismo espontaneísta, não vendo senão “a liberdade reflexiva do ator na produção de seus atos” (LAGROYE, 2002, p. 117)¹⁰ –, a reflexão proposta pela autora defende uma abordagem compreensiva sobre a ordem das representações à medida que a leitura sobre o caráter subversivo das práticas e condutas depende da sua posição tanto na instituição quanto fora dela.

Referências

- BARREIRA, I. A. F. Ritualisations du féminin lors d'une campagne électorale au Brésil. *Anthropologie et Sociétés*, v. 25, n. 3, p. 31-49, 2001.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. *The Social Construction of Reality: A treatise in the sociology of knowledge*. England: Penguin Books, 1991.
- BOURDIEU, P. *Le sens pratique*. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. Les conditions sociales de la circulation internationale des idées. *Actes de la recherche en sciences sociales*, v. 145, p. 3-8, 2002.
- BRIQUET, J-L.; SAWICKI, F. L'analyse localisée du politique. *Politix*, v. 2, n. 7-8, p. 6-16, 1989.
- CHEVALLIER, J. B. Lacroix, J. Lagroye, dir., Le président de la République. Usages et genèses d'une institution. *Politix*, v. 6, n. 23, p. 134-143, 1993.
- DIMAGGIO P. J.; POWELL, W. W. *The New Institutionalism in Organizational Analysis*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

10. Neste artigo publicado em 2002, J. Lagroye passa a uma revisão da influência dos conceitos e da sociologia de Pierre Bourdieu no estudo das instituições.

- _____. Le néo-institutionnalisme dans l'analyse des organisations. *Politix*, v. 10, n. 40, p. 113-154, 1997.
- DULONG, D.; LÉVÊQUE, S. Une ressource contingente. Les conditions de reconversion du genre en ressource politique. *Politix*, v. 15, n. 60, p. 81-111, 2002.
- _____. Des actes d'institution d'un genre particulier: Les conditions de légitimation des femmes sur la scène électorale (1945 et 2001). In: LAGROYE, J. (Org.) *La politisation*. Paris: Belin, 2003, p. 425-443.
- _____. *Sociologie des institutions politiques*. Paris: La Découverte, 2012.
- _____. Les institutions politiques. *Politika*. 2017. Disponível em: <<https://www.politika.io/fr/notice/institutions-politiques>>. Acesso em: 15 mar. 2020.
- DULONG, D.; MATONTI, F. Comment devenir un(e) professionnel(le) de la politique? L'apprentissage des rôles au Conseil Régional d'île-de-France. *Sociétés & Représentations*, n. 24, p. 251-267, 2007.
- ENGELMANN, F. Para uma Sociologia Política das Instituições Judiciais. In: ENGELMANN, F. (Org.) *Sociologia Política das Instituições Judiciais*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/CEGOV, 2017, p. 17-38.
- FREYMOND, N. La "redécouverte" des institutions par les sociologues: paradoxes et oppositions dans le renouvellement de l'analyse institutionnelle. In: LAGROYE, J., OFFERLÉ, M. (Orgs.) *Sociologie de l'institution*. Paris: Belin, 2011, p. 33-53.
- GOFFMAN, E. *Manicômios, prisões e conventos*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- GOFFMAN, E. Gender advertisements. *Studies in the anthropology of visual communication*, 3(2), 1976.
- GOFFMAN, E. The arrangement between the sexes. *Theory and Society*, 4(3), p. 301-331, 1977.
- GOFFMAN, E. *Asiles: Études sur la condition sociale des maladies mentales et autres reclus*. Paris: Minuit, 1968 [1961].
- GRILL, I. G. Por uma sociologia da institucionalização. *Sociologias*, v. 14, n. 31, p. 300-308, 2012.
- _____. Efeitos da "redescoberta das instituições" na sociologia política francesa. *Política & Sociedade*, v. 13, n. 27, p. 237-242, 2014.
- HALL, P. A.; TAYLOR, R. C. R. La science politique et les trois néo-institutionnalismes. *Revue Française de Science Politique*, n. 3-4, p. 469-496, 1997.
- LAGROYE, J. *Société et politique: Chaban-Delmas à Bordeaux*. v. 4, Bordeaux: Pedone, 1973.
- _____. La légitimation. In: GRAWITZ, M.; LECA, J. (Orgs.) *Traité de Science Politique: La Science Politique; L'Ordre Politique*. v. 1. Paris: PUF, 1985, p. 395-467.
- _____. On ne subit pas son rôle. Entretien avec Jacques Lagroye. *Politix*, v.10, n. 38, p. 7-17, 1997.
- _____. Institution en pratique. *Swiss Political Science Review*, 8(3/4), p. 114-128, 2002.
- LAGROYE, J.; LACROIX, B. (Orgs.) *Le Président de la République: usages et genèse d'une institution*. Paris: PFNSP, 1992.
- LAGROYE, J.; OFFERLÉ, M. (orgs.) *Sociologie de l'institution*. Paris: Belin, 2011.
- LECA, J. In memoriam Jacques Lagroye (1936-2009). *Revue Française de Science Politique*, vol.59, n.4, p. 811-812, 2009.
- MARCH, J. G.; OLSEN, J. P. The new institutionalism: organizational factors in political life. *American Political Science Review*, n. 78, p. 734-749, 1984.
- _____. Neo-Institucionalismo: fatores organizacionais na vida política. *Revista de Sociologia e Política*, v. 16, n. 31, p. 121-142, 2008.
- MASSON, P.; SCHRECKER, C. *Sociology in France after 1945*. New York: Palgrave Macmillan, 2016.
- REIS, E. T. Um tipo diferente de diferença na elite política: perfis políticos e inserções culturais de parlamentares brasileiros. *Cadernos Pagu*, n.43, p. 233-263, 2014.

SAWICKI, F.; SIMÉANT, J. Inventário da sociologia do engajamento militante: nota crítica sobre algumas tendências recentes dos trabalhos franceses. *Sociologias*, ano 13, n.28, p. 200-255, 2011.

SEIDL, E. Elites e Instituições: pistas para investigação. In: GRILL, I. G.; REIS, E. T. dos. (Orgs.). *Estudos sobre elites políticas e culturais: reflexões e aplicações não canônicas*. São Luís: EDUFMA, 2016, p. 97-125.

WINKIN, Y. Goffman et les femmes. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n. 88, p. 57-61, 1990.

Recebido em: 06/03/2020

Aprovado em: 13/05/2020

